



O CENTRO-SUL DO PARANÁ: PODER, GOVERNOS LOCAIS E AS RELAÇÕES COM O MERCOSUL¹

CENTER-SOUTH OF PARANÁ: POWER, LOCAL GOVERNMENTS AND RELATIONS WITH MERCOSUR

Márcia da Silva

Professora do Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03, Vila Carli, CEP: 85040-080, Guarapuava/PR, Brasil.

E-mail: smarcias@superig.com.br / msilva@unicentro.br.

Resumo: A gestão pública estratégica dos governos locais, no Brasil, subordina-se às definições dos governos nacionais. Entretanto, a promulgação da Constituição de 1988 possibilitou que os governos locais se revestissem de autonomia para gerenciar determinados recursos e se responsabilizassem pela gestão fiscal dos mesmos. Com isso, muitos estão tomando iniciativas próprias para ampliar sua participação nas relações internacionais e, no Estado do Paraná, estas se dão também pelas oportunidades advindas da proximidade geográfica com Argentina, Uruguai e Paraguai. Assim, a problemática principal desse texto objetiva compreender as relações de poder que permitem ou dificultam os governos locais de criarem condições e participarem de iniciativas de inserção no plano internacional e, com isso, potencializarem o desenvolvimento regional. Neste sentido, ainda que o recorte territorial da pesquisa esteja circunscrito a esta porção do território, o entendimento dos processos que lhe são constituintes passa pela sua contextualização em escalas mais amplas de relações.

Palavras-chave: Poder; Governos locais; Inserção internacional.

Abstract: The strategic public management of local governments in Brazil, is subject to the definitions of national governments. However, the promulgation of the 1988 Constitution allowed that local governments to have autonomy to manage certain resources and be responsible for fiscal management. As a result, many are taking their own initiatives to expand its participation in international relations and, in the central-southern state of Paraná, they also happen by the opportunities arising from geographical proximity to Argentina, Uruguay and Paraguay. So the main issue of this paper aims to understand the power relations that enable or hinder local governments to create conditions and participate in initiatives insertion internationally, and, thereby potentiating regional development. In this sense, although the territorial crop research is limited to that portion of the territory, the understanding of the processes that are constituents passes through its contextualization in broader scales relations.

Key words: Power; Local governments; International insertion.

¹ Pesquisa financiada pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Introdução

O texto apresentado sob o título “O Centro-Sul do Paraná: poder, governos locais e as relações com o Mercosul” fundamenta-se em experiências acumuladas a partir de pesquisas desenvolvidas desde 2002² sobre as temáticas poder local, grupos de poder político-econômicos, redes de poder, território e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná. Esses estudos consubstanciaram-se em importante elemento de formação acadêmico-científica da proponente, bem como de formação de recursos humanos (orientações em iniciação científica e dissertações de mestrado). O embasamento teórico-empírico e reflexões daí decorrentes foram disseminados em livro e capítulos de livros, artigos em revistas e em eventos nacionais e internacionais. A partir de então as contribuições advindas colocarão a necessidade de uma maior abrangência analítica dos estudos (articulação de escalas) e do recorte territorial, o que se objetiva com a conclusão da pesquisa³.

Tem-se por escopo, então, a conjunção de alguns eixos norteadores, quais sejam: a) identificar e analisar as iniciativas desenvolvidas e a atuação dos governos locais do Centro-Sul do Paraná para maior inserção nas relações internacionais (o recorte empírico se constitui em três países do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL⁴), através da cooperação em políticas públicas estratégicas que promovam investimento e crescimento econômico associado às políticas de melhorias sociais; b) investigar e avaliar até que ponto os governos locais detêm, criam estratégias e utilizam as oportunidades de atuação e expansão de seus limites e possibilidades, no plano internacional, por meio de demandas nos processos de integração regional (a exemplo das Associações de Municípios e os Consórcios Intermunicipais) e; c) repensar destas ideias a partir da vinculação de diferentes escalas geográficas.

A problemática apresentada está no fato, até certo ponto controverso, de que a gestão pública estratégica dos governos locais no Brasil subordina-se às definições do governo federal, mas que, recentemente têm, eles próprios, tomado iniciativas visando ampliar sua participação nas relações internacionais. O estímulo para esta decisão encontra-se nas oportunidades abertas por alguns elementos do processo de globalização e, no caso do Paraná, especialmente por aqueles advindos das relações

² Pesquisas financiadas pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná.

³ O projeto originário desse estudo tem financiamento da Fundação Araucária e do CNPq.

diretas com Argentina, Uruguai e Paraguai em razão das “três fronteiras” geográficas (mas obviamente não somente elas).

São novas perspectivas que fortalecem a discussão sobre a efetividade de ações internacionais descentralizadas por governos locais que buscam relacionar-se com seus parceiros nos processos de integração regional ou internacional por razões, sobretudo, de necessidades práticas. Configura-se em ações políticas de governos, das elites, dos grupos de interesses e outros, dependendo das condições específicas de cada município. Neste sentido, parte-se da premissa de que importante é identificar se a inserção internacional e os resultados da mesma têm se constituído em potenciais agentes de desenvolvimento socioeconômico regional.

Descentralização e inserção internacional de governos locais no Brasil

Essa temática parte do pressuposto de que a gestão pública estratégica dos governos locais, no Brasil e, mais amplamente, em alguns países da América Latina, subordina-se às definições dos governos nacionais. Entretanto e por outro lado, a partir da promulgação da Constituição de 1988, reconhece-se que os governos locais ganharam autonomia em diversos aspectos, apesar de também comprometerem-se com a responsabilidade em geri-la. Entre esses compromissos estavam o de restaurar a Federação, através do aumento do poder político e tributário das entidades locais e o de consolidar a democracia, por meio do empoderamento das comunidades locais no processo decisório sobre políticas públicas.

De acordo com Barreto (2004), muitos governos locais, com isso, estão tomando iniciativas próprias visando ampliar sua participação nas relações internacionais estimulados pelas oportunidades abertas por alguns elementos do processo de globalização e, no caso do Paraná, especialmente por aqueles advindos da proximidade geográfica (mas não somente ela) com Argentina, Paraguai e Uruguai e, conseqüentemente, com o Mercosul. São novas perspectivas que fortalecem a discussão sobre a efetividade de ações internacionais descentralizadas por governos locais.

Cabe esclarecer que as causas das estratégias de inserção internacional dos governos locais não têm origem ideológica como, por exemplo, do Estado nacional, que possui como prerrogativa e razão de ser a ação internacional (Keating 1998). Governos locais buscam relacionar-se com seus parceiros nos processos de

⁴ Argentina, Paraguai e Uruguai.

integração regional ou internacional por razões, sobretudo, de necessidades práticas. Configura-se em ações políticas de governos, das elites, dos grupos de interesses e outros, dependendo das condições específicas de cada município. O problema aqui apresentado, assim, parte da premissa de que importante é identificar se estes têm se constituído em potenciais agentes de desenvolvimento socioeconômico regional, além dos já existentes financiamentos nos nível federal e estadual.

A introdução de uma clara qualificação de quais grupos e interesses privados estão sendo contemplados, para além de elucidar a natureza das parcerias propostas, remete também a institucionalização de diferentes tipos de cidadãos e diferentes tipos de intervenção no processo de elaboração e execução de estratégias (Vainer 2000).

Tussie (2004) afirmam que é possível o entrelaçamento entre a capacidade de relacionar e consolidar políticas locais de desenvolvimento, a ação coordenada em nível nacional e a intervenção num mundo cada vez mais interdependente. Este fato, no entanto, não é estrutural, pois depende das relações políticas, das inclinações de governos e das forças partidárias e sociais que tornam, por outro lado, cada realidade ímpar. Assim, a conjunção da flexibilidade com as singularidades locais pode estimular novas posturas na busca de alternativas de crescimento, facilitando a instauração de projetos, buscando atrair investimentos e utilizando capacidades já implantadas.

Neste íterim, Duchacek (1990) aponta a relevância que as escalas locais estão adquirindo no tocante à presença internacional, indicando que elas podem ser vistas como novos agentes sociais, ainda que não tenham autonomia para assinar diretamente acordos, posto esta função se manter como atributo específico do Estado nacional. Para Barreto (2001, 78): "assim, foi-se caracterizando a interface global-local: embora a competição ocorra nos mercados globais, as capacidades competitivas foram sendo construídas nos níveis locais".

Acompanhar as experiências recentes dos governos locais enquanto atores internacionais emergentes, então, nos permite analisar suas respectivas capacidades de reposicionamento estratégico frente aos impactos e possibilidades apresentados pela atual dinâmica econômica, social, política e cultural, no plano internacional.

Procedimentos metodológicos como percurso de análise: uma tentativa de “inversão de papéis”

Os procedimentos metodológicos que estão sendo utilizados no desenvolvimento da pesquisa têm por suporte, em especial, entrevistas, pesquisa em

jornais e coleta e análise de dados secundários de diversas instituições.

Em relação às entrevistas com governos locais, estas são realizadas não somente com o executivo, mas também com pessoas diretamente envolvidas nos processos que permitem e que buscam a inserção internacional dos municípios da região Centro-Sul do Paraná, bem como nas instituições e empresas participantes dos processos de cooperação pública e privada dos países envolvidos. Além dessas duas faces sem as quais os processos não ocorreriam (e a pesquisa não se realizaria), foram realizadas entrevistas (em número de três) com os responsáveis pelos órgãos de representação destes países alocados no Brasil (embaixadas em Brasília - Distrito Federal), e em Buenos Aires e Mendoza.

Em relação ao significado das entrevistas como procedimento ou técnica, vale destacar que elas vêm sendo utilizadas densamente em diferentes áreas da ciência e de maneira inovadora, como afirmam Thompson (1992), Janotti (1993) e Hall (1992), consubstanciando-se na principal técnica de estudos da história oral. O próprio Hall (1992), no entanto, alerta para alguns elementos que precisam ser considerados ao utilizar-se como referência à experiência social de pessoas, de grupos e de instituições. Aqui nos pautamos em formas mais específicas da história oral, como a que se restringe a averiguação de um tema ou parte da experiência de vida do entrevistado, ou seja, a história oral temática (Meihy 1994 e 1996).

Apesar de abertas, as entrevistas foram organizadas por um rol de questões que procuraram traçar as características dos governos locais e dos grupos político-econômicos do município, bem como das instituições e empresas participantes dos processos de cooperação pública e privada dos países envolvidos e suas inter-relações (formação, conflitos, alianças, dissidências etc.) e contribuições para o desenvolvimento local-regional. Assim é possível ampliar a possibilidade de registrar o fato e desconstruí-lo no seu próprio tempo, descobrindo situações novas, não no sentido de apontar o excepcional, mas de se chegar ao que era inatingível, pelo menos pelas outras formas de olhar.

As entrevistas, entende-se, nos remetem a outro elemento analítico fundamental: o discurso. Este se faz presente, de forma perspicaz, nos objetos de divulgação social, se manifestando através de diferentes formas de poder, e se transformando, convenientemente, através do tempo. As entrevistas e a análise de jornais, assim, serão importantes no sentido de desvendar o que expressam (ou ocultam) os discursos, dependentes, na forma e no conteúdo, das relações de poder político-econômico acumuladas.

De acordo com Silva (2007), se é o discurso que assegura ao poder legitimidade, ao trabalhar com um conjunto desses discursos, faz-se necessário pensá-lo além-inscrito, ouvido, sentido. Como os discursos apreendem a realidade, possibilitando o “refazer” de momentos passados, assume-se que exercem papel fundamental nas práticas sociais. Importa, então, saber como vão produzindo efeitos de poder e controle, fazendo com que as ideias e ações sejam pensadas e ocorram de um jeito e não de outro. E são essas ideias e concepções que buscamos estudar na pesquisa.

A pesquisa em jornais de circulação local/regional, nacional e internacional tem se dado no sentido de coletar informações sobre os convênios e as parcerias firmadas. Quanto aos estudos que se utilizam deste procedimento metodológico, no entanto, temos que nos atentar para o que os jornais reproduzem, a quem protegem e a quem aniquilam. Nesse sentido, entendemos os jornais enquanto veículos de divulgação e peças importantes no jogo do poder, já que proporcionam aspirações, comportamentos e valores diversos, bem como levam a referências de grupos sociais pelas imagens e ideias que divulgam e pelos discursos que reproduzem, “pois suas matérias podem exaltar alguns indivíduos, como rechaçar outros” (Silva 2002, 64).

Além desse elemento, a investigação em jornais deve propiciar uma abordagem interdisciplinar histórica e geográfica, demonstrada a partir do momento em que os mesmos apontam a perspectiva através da qual o próprio campo de prática social passa a emprestar a voz que consubstancia o conhecimento produzido. Como o jornal apresenta certo grau de autonomia que o faz sujeito histórico, revela, através do discurso que formula, uma rica trama social. É desta trama que se pretende buscar elementos que contribuam para a identificação de aspectos não citados em outras fontes ou apresentados de forma diferenciada, cabendo análise rigorosa do pesquisador.

Mesmo sem tratar a postura políticoideológica dos jornais, a escolha pela pesquisa também a partir dos mesmos se justifica por serem, eles, meios de expressão da sociedade (apesar do acesso ainda restrito a grande parte dela), revelando, em sua materialidade, a voz daqueles que, de alguma forma, podem exteriorizar seus pensamentos, como um caminho para entender a história vivida.

Em termos de coleta e análise de dados secundários, esta está em realização em instituições nacionais e internacionais de países com os quais os governos locais mantêm processos de inserção e cooperação e seus órgãos de representação no Brasil (embaixadas, empresas), bem como prefeituras dos municípios da mesorregião

Centro-Sul do Paraná. Neste caso, a análise exploratória de dados secundários (por dimensão) tem traduzido a realidade dos municípios do Centro-Sul do Paraná em diversas Secretarias Estaduais, como: Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul (SEIM), Secretária Especial para Assuntos Estratégicos, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU), Secretaria Especial de Representação do Paraná em Brasília, Secretaria Especial para a Coordenação de Projetos Sociais, bem como a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), as Associações Comerciais e o Ministérios como o do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O poder local e o exercício do poder

Os estudos realizados a partir de 2002 e finalizados em 2006, que resultaram na publicação do livro “Análise política do território: poder e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná” (Silva 2007)⁵ demonstram que poder e poder local⁶ não devem se limitar a fronteiras político-administrativas, embora sendo nelas, com a existência de diversos poderes legitimados, que este é mais bem estruturado.

Nesse sentido, para Davidovich (1993), a viabilidade de uma escala local de poder está, mesmo numa economia capitalista e ainda que articulada a outras instâncias de dominação, no suporte de bases sociais locais, sustentado pelas elites ou classes dominantes, grupos econômicos, políticos e instituições.

Essas bases interferem na organização e na construção do espaço em seu conjunto, levando-se em conta que suas ações estão inseridas no contexto mais dinâmico de relações de poder. Mas o fundamental para o controle político-econômico

⁵ Publicação financiada pela Fundação Araucária e editada pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

⁶ A Sociologia e a Ciência Política desenvolveram três linhas explicativas principais das dinâmicas políticas e das políticas locais: a teoria das elites, o pluralismo e o marxismo. Cronologicamente, a teoria das elites (investigada a partir dos métodos posicional ou reputacional) foi a primeira a se destacar, com o estudo de Floyd Hunter (1953) sobre o governo urbano na cidade de Atlanta (EUA). Em contraposição a ela se desenvolveu, ao longo dos anos 1950, a perspectiva pluralista (investigada a partir do método decisional), com Robert Dahl (teoria publicada em 1961). A teoria marxista se constituiu na terceira vertente, compreendendo a sociedade não como elites e massa, passivas entre si, com a existência de conflitos apenas no interior das elites, mas como conjunto de relações entre grupos/indivíduos dominantes e dominados, ou seja, a partir de duas classes antagônicas que conduzem, por meio de contradições, o cerne do movimento histórico. Essas teorias, assim, enfocaram fenômenos particulares e atores específicos, por isso representam visões difíceis de conciliação em termos teóricos.

de alguns grupos ou para que estes promovam o desenvolvimento nem sempre se encontra no interior desses limites e, muitas vezes, não tem nem existência física nos mesmos, muito embora sua influência seja decisiva.

Esses grupos, quase sempre em minoria, acabam por ter poder sobre a região e sua população, inclusive repassando às novas gerações sua maneira de agir e de pensar, permitindo, se não perpetuar, ao menos consolidar temporariamente a hegemonia nas decisões locais. A população é manipulada, voluntariamente ou não, pelo caráter simbólico de crenças, valores e outros, bem como pelos meios de comunicação, que transmitem essas ideologias, legitimando as ações dos grupos detentores de poder.

Os grupos, entretanto, tendem a atuar de maneira relativa, mas não completamente autônoma, já que se articulam em partidos políticos, entidades de classe e/ou associações para ganharem legitimidade. A existência de articulação não significa ausência do conflito (lutas, negociações, alianças, antagonismos). Ele pode existir com ou sem a articulação, o que, de certa forma, garante a não consolidação do domínio de forças tradicionais duradouras (Davidovich 1993).

No universo do poder local é possível a observação de um complexo relacionamento entre uma rede de poderes difusos que, como indica Felizes (1999, 87), “posicionam-se diferentemente perante o poder político e, de acordo com os atributos que lhes são próprios, podem disputar com ele a capacidade de decisão”.

Para este autor (1999), a interpretação da forma como se configuram estes poderes vai ao sentido de distinguir entre, de um lado, os poderes difusos mais ‘organizados’, como é o caso das elites político-econômicas locais e, de outro lado, um poder difuso mais próximo do cotidiano social, das relações que envolvem estratégias mais ou menos conscientes de apropriação e utilização desse poder, que não é o poder político ou econômico formalmente reconhecido, mas sim o poder de ‘classificar’, de ‘ver’ e de ‘fazer ver’ o mundo, de reconhecê-lo com outros atributos, a exemplo dos simbólicos, como sugere Bourdieu (1989).

Analisar, então, as relações de poder, entendendo o mesmo como um campo de investigação com imensas diversidades teórico-metodológicas, é uma tarefa complexa, independente de sua escala, mesmo considerando “relações concretas, socialmente construídas e territorialmente localizadas – a chamada análise do local” (Fischer 1992, 106). Assim, para a compreensão do local e das relações de poder nele existentes, não basta identificá-lo apenas ao poder político. É preciso expressá-lo como poder exercido econômico, social, cultural e simbolicamente. Nas palavras de

Fischer (1992, 106):

A noção de 'local' contém duas idéias complementares em um sentido e antagônicas em outro. Se o 'local' refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância e certa inércia, contém igualmente o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns. E, assim, invariavelmente a análise do 'local' remete ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas. No entanto, se o espaço local tem um fundamento territorial inegável, não se resume a este, como, aliás, assinalam os geógrafos ao nos dizerem das muitas maneiras de se construir os espaços, refutando fronteiras institucionais e reconstruindo-as em função de problemáticas adotadas.

Concorda-se, ainda, com a autora (1992, 106), que o poder local “alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação e conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto”. Assim, “como objeto de investigação, o local não é, portanto, apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído” (Fischer 1992, 107).

Villasante (1988) aponta que o local é menos um espaço físico e mais um conjunto de redes estruturadas em torno de interesses identificáveis. Essa identificação leva a indagações sobre o espaço político local, as competições e os conflitos, sobre a memória política local e as formas de exercício do poder. O local é, então, a singularidade, com história e memória próprias, com identidades e práticas políticas determinadas. “Como objeto de investigação, o local não é, portanto, apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído” (Fischer 1992).

É bem verdade que as dimensões escalares do espaço geográfico sofreram mudanças com as transformações econômicas, sociais e políticas impetradas pelo processo de globalização. Alguns chegam a afirmar que a falência de projetos de desenvolvimento regional tornou essa escala arcaica. Outros, que a redefinição do significado de Estado-Nação coloca em questão a escala nacional. Apesar de não concordar com essas abordagens, indica-se que o local assume, nesse contexto, um papel importante, pois é nele que as diferentes articulações, advindas desses processos, tornam-se mais visíveis. É o acontecimento configurando o que é local. É a realidade vivida e vivenciada, mas também a realidade vinculada a relações mais abrangentes, de contornos nacionais e globais.

Como Davidovich (1993), Daniel (1988, 30) também conforma que os grupos dominantes locais (...) se representam como portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e pelo seu futuro. (...). Na medida em que sua constituição se dá no nível simbólico - são formados - por agentes sociais de raízes heterogêneas: profissionais liberais, membros do empresariado local, das classes médias assalariadas do município, etc.

Interessa-nos saber como se articulam estes poderes. Como nos sugere a argumentação de Russ (1994), podemos questionar 'quem detém o poder' de diferentes formas, apelando a figuras como as elites, os grupos de pressão, a rede de relacionamentos ou mesmo uma pluralidade de poderes. Tem-se, então, lançada uma das questões mais triviais dos estudos sobre o poder local: quem governa?⁷ Aqui, ousamos perguntar: quem efetivamente tem o poder de decidir? Quem manda afinal?

Compreendendo as escalas local e do poder local como campo prioritários da ação política, cabe lembrar o estudo de Vainer (2001), em especial o sugestivo "As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?" Com esse questionamento, o autor relaciona o poder local a um sentido de *patriotismo de cidade*, uma pretensa capacidade *extraordinária* dos governos locais de cumprir, de maneira mais eficaz e eficiente, as funções até então tradicionais aos governos nacionais, como as de acumulação e de legitimação.

Por isso concorda-se com Vainer (2001, 144) que, enquanto "a polaridade local x global domina o debate contemporâneo", não se deve opor escalas, mas articulá-las e combiná-las, já que "eu vivo cotidianamente no mundo e no meu local, no meu município, na minha cidade, no meu país". Para se entender esse processo é preciso atentar que "o local, a cidade em primeiro lugar, constitui escala e arena de construção de estratégias transescalares e de sujeitos políticos aptos a optarem de forma articulada com coalizões e alianças em múltiplas escalas" (Vainer 2001, 149). Isso por que a escala local não encerra em si senão parte dos desafios a serem enfrentados.

No Brasil, os estudos sobre o poder local indicam, nos apropriando de Vainer (2001), que o localismo e o municipalismo quase sempre estiveram associados ao mandonismo local e ao coronelismo, mas que no final dos anos 1970 e até a

⁷ "Who governs?" é parte do título do estudo de Robert Dahl, desenvolvido na cidade de New Haven, e um clássico dos estudos do local, do qual se seguiram diversos outros. Para saber mais: DAHL, Robert. *Who governs? Democracy and power in American city*. New Haven: Yale/University Press, 1961.

constituição de 1988 serviram como “bandeira da esquerda democrática” e que nos anos 1990 apareceram tanto nas propostas da esquerda quanto na eloquência neoliberal.

Para os estudos de poder local, as ciências que originaram linhas explicativas vinculadas às dinâmicas políticas e as políticas locais foram a Sociologia e a Ciência Política. As duas correntes principais são: a teoria das elites e o pluralismo, que enfocaram fenômenos particulares e atores específicos, por isso representam visões praticamente impossíveis de se conciliarem em termos teóricos.

Em termos cronológicos, a teoria das elites, investigada a partir do método reputacional, foi a primeira a se destacar, com o estudo de Floyd Hunter (1953) sobre o governo urbano na cidade de Atlanta (EUA)⁸. Para ele, a estrutura de poder local se comporia a partir da influência de determinados grupos. No topo estariam, principalmente, os empresários de sucesso e as lideranças políticas de destaque (econômicas, governamentais, religiosas e culturais). A inserção na estrutura de poder aconteceria pela riqueza, pelo prestígio social e pela utilização da máquina política. A coesão se daria pelos interesses comuns, pelas obrigações mútuas ou pelos hábitos compartilhados por essa elite. Nesta teoria, a sociedade seria frequentemente composta por uma minoria detentora de poder (“classe superior”) em contraposição a uma minoria dele privada.

A principal conclusão, nesse sentido, é que a conformação do jogo do poder local, marcado pelo controle da elite, assim como a manutenção desse controle de maneira estável no tempo, levariam a que as políticas implementadas seguissem sempre os interesses dos indivíduos ali representados, tornando completamente viciados os resultados do governo sob a democracia representativa.

Assim, os grupos que dominariam as várias dinâmicas políticas e que se apropriariam do Estado seriam sempre da elite, ajudados muitas vezes pelo próprio Estado, que seria parcialmente responsável pela reprodução da mesma. Consubstanciar-se-ia, assim, uma relação indissociável entre poder político e poder econômico (Fischer 1992).

O poder, nessa perspectiva, se reproduziria na socialização, na educação familiar, na estrutura de propriedades, na distribuição da riqueza (acesso a certos padrões de vida), instituições de lazer (clubes e outros que complementaríamos as organizações anteriores), enfim, na composição do pertencimento a redes de

⁸ Para saber mais: HUNTER, F. *Community power structure*. Chapel Hill: University of North/Carolina Press, 1953.

relacionamentos ou de organizações as quais habitualmente frequentariam, “através das quais seriam veiculados informação, negócios, apoios (...), assim como construídas e comungadas visões de mundo e valores” (Marques 2003).

Ainda de acordo o autor (2003), a teoria das elites apresenta dois problemas principais de análise: dificuldade em incorporar as mudanças e as contingências ao processo político (alternância de poder) e de incorporar a importância de atores localizados no próprio Estado. Segundo Marques (2003), a política elaborada pela teoria das elites “causa sérios problemas à ideia de democracia e ao princípio democrático de controle dos eleitores sobre o governo” (Marques 2003, 30).

Em busca de sanar o que se apresenta como problema da teoria das elites, desenvolveu-se também, ao final dos anos 1950, a perspectiva pluralista do poder. O estudo em que efetivamente abordou-se o tema foi o de Robert Dahl (1961). Nele, a principal crítica à teoria das elites é a de que esta deixa pouco lugar aos políticos ou aos indivíduos em suas análises. Para os pluralistas, então, quem governa, num primeiro momento, são os partidos políticos e as organizações de interesses. Mas, aponta Marques (2003) que, na própria teoria, muitas vezes os partidos políticos são reduzidos a pouco mais que grupos de interesses ou conjuntos de indivíduos com propósitos comuns. “A unidade básica da política seria, portanto, os grupos de interesses” (Marques 2003, 31).

Defendem os pluralistas, como o próprio nome indica, que “a sociedade seria composta por uma pluralidade de grupos, cada qual com seus instrumentos de poder e seus interesses específicos e temáticos” (Marques 2003, 31). Assim, em primeira instância, nenhum grupo ficaria no poder de forma estável ao longo de muito tempo. As críticas de Marques (2003) a essa abordagem mais uma vez se fundamentam na análise equivocada do Estado, que é considerado uma página em branco a “ser preenchida” pelos grupos vitoriosos na política. Nela, ainda, valorizam-se precariamente os funcionários, as instituições, os capitais por ele (Estado) contratados, bem como os detentores de cargos eletivos.

Para as duas teorias foram elaboradas, ao longo do tempo, várias análises de caráter teórico-metodológico. Felizes (1999) aponta que, na teoria das elites, Hunter desenvolveu aquilo que mais tarde passou a ser conhecido como método reputacional, concluindo que quem detinha o comando, nas relações de poder eram quase que exclusivamente os grandes homens de negócios de Atlanta, embora operassem mais nos bastidores.

Já o trabalho de Dahl (1961) estaria assentado numa metodologia mais plural,

subsidiado no método decisional, com o objetivo de examinar decisões para ver quais processos de influência estão presentes, bem como de “identificar os participantes na formulação das políticas e descrever o que eles faziam” (Dahl 1961 *apud* Judge 1995, 17). Para Judge (1995), as principais conclusões de Dahl contradizem em grande parte as de Hunter. New Haven teria transitado, naqueles últimos dois séculos, de uma oligarquia a um pluralismo e, ao invés de uma elite, Dahl teria encontrado um ‘estrato’ de indivíduos envolvidos em questões políticas.

Já os adeptos as conclusões de Dahl colocaram em causa o pluralismo moderado de New Haven, no sentido de que, a partir dos anos 1960, a tensão social urbana e o envolvimento dos cidadãos no debate político aumentaram. Neste ponto, afirma Felizes (1999), alguns podem pensar que em vez de se perguntar: ‘quem governa?’, dever-se-ia perguntar: ‘será que alguém governa?’

A divergência entre as duas correntes de pensamento, então, giraria em torno de questões fundamentais, como as metodológicas e as teóricas. Mesmo com a polêmica que dividiu os primeiros defensores do elitismo e do pluralismo, tanto o trabalho de Hunter quanto o de Dahl foram inicialmente criticados justamente por suas supostas debilidades metodológicas. Em nível internacional essas duas correntes foram expressivas nos estudos das dinâmicas do poder local. No Brasil, no entanto, a inserção de ambas as abordagens foi modesta.

Assim, os estudos sobre o poder local, no Brasil, tiveram efetividade a partir dos anos 1950⁹ com a disseminação de resultados de pesquisas de mestrado e de doutorado. Dentre as análises, podemos destacar as de Tabak (1961), Gomes e Costa (1968), Carvalho (1969) e Castro (1974)¹⁰. Em função dos aportes metodológicos e dos critérios específicos das abordagens, no entanto, suas observações foram diferenciadas.

Pode-se afirmar que esses estudos constituem-se os clássicos sobre o tema, aqueles da primeira geração, estando divididos em dois grupos. No primeiro deles estão os estudos publicados pela Revista Brasileira de Estudos Políticos, caracterizados por Carvalho (1969) como estudos políticos. No segundo grupo estão

⁹ Cita-se apenas alguns desses trabalhos. Posteriormente a essa década, outros estudos sobre o tema se destacaram, sob influência de Vitor Nunes Leal, especialmente tendo como norte a obra *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil* (LEAL, Vitor N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975).

¹⁰ Castro trabalha com dois grupos: os estudos de caso: Guimarães (1956), Silva (1957 e 1960), Azevedo (1959), Nogueira (1961), Santos (1961), Carvalho (1966), Michetti (1968), Silva (1972), Cruz (1973) e Soares (1974) e; os estudos de estrutura: Faoro (1958), Duarte (1966), Palmeira (1966) e Brasileiro (1973).

os estudos de comunidades locais realizados por antropólogos brasileiros e norte-americanos e denominados, por Carvalho (1969), de estudos antropológicos.

Diante do interesse pelos trabalhos que tenham vinculação com a Geografia ou a Geografia Política, optou-se pela análise dos estudos do primeiro grupo. Dentre os citados, o de Carvalho, em 1969, alerta para alguns elementos que devem ser considerados ao se estudar a questão do poder local, elementos citados também por Castro, em 1974, e que tem sido preocupação daqueles que trabalham com o tema. Afirma ele que o conceito de poder local (como os demais) deve ser cuidadosamente definido e ter em vista a elaboração de uma discussão mais geral do poder em nível estadual ou nacional.

Castro (1974) acrescenta que é preciso atentar para não se fazer apenas descrições e narrações, lembrando-nos da importância do papel da estrutura de classes e/ou dos grupos na dinâmica das relações de poder. Para a autora, deve-se buscar entender, ainda, os discursos dos grupos não detentores de poder e verificar o porquê de assim se comportarem. Nesse sentido, questiona-se de quais recursos alguns grupos locais são controladores para que se sobrepujam aos demais.

Outra análise foi realizada por Kerbauy (1992) em sua tese de doutorado. A autora repensa o poder local no Brasil a partir das transformações ocorridas no período de 1964 a 1982. Objetiva, em especial: “contrapor a velha imagem da política local, como esfera privilegiada do coronelismo, aos novos padrões e procedimentos locais que se desenvolveram à medida que progrediu a interação nacional e se rompeu o isolamento local” (Kerbauy 1992, 1).

Em sua análise, a autora afirma que há um vazio teórico, nas Ciências Sociais do país, sobre o tema poder local. Para ela, no país, não se consolidou uma teoria justamente porque existem incertezas para o conceito. Assim, a busca pela articulação e interpretação teórica é o desafio a ser alcançado, pois no Brasil os estudos passam (não se aprofundam) pelos métodos de investigação reputacional e decisional. A partir daí seguem as linhas direcionadas aos estudos de poder local desenvolvidos, historicamente, na UFMG (poder político local), de estudos antropológicos (abordagem americana) e de estudos históricos.

Vale ressaltar, afirma Kerbauy (1992), o desenvolvimento de pesquisas comparativas entre cidades. Nessas, é preciso instigar o desenvolvimento de análises “(...) as quais pouco tem se oferecido relevância ao papel do governo municipal enquanto espaço político institucional em que se expressam à representação, a aliança, o conflito e a disputa de interesses, forças e organizações sociais que marcam

e moldam o território político local dentro do contexto regional e nacional” (Kerbaudy 1992, 20-21).

Fischer (1992, 106), destaca duas vertentes principais de estudos do poder local:

A primeira é a própria realidade, isto é, um cenário onde as questões de poder revelam-se concretamente no cotidiano das cidades como, por exemplo, nas cidades brasileiras, onde a discussão de planos-diretores tem como pano de fundo a progressiva degradação urbana, a carência de serviços essenciais, a relativa desilusão com o poder de transformação dos movimentos sociais, o desgaste dos prefeitos por não responderem a expectativas mínimas de qualidade da vida urbana. A segunda vertente (...) é a rica reflexão propiciada pelas abordagens teóricas do poder local, que são desenvolvidas por grupos europeus.

Na França, os estudos concentram-se na escola de sociologia marxista e no chamado funcionalismo institucional. Como exposto por Marques (2003), também para Fischer (1992), a escola francesa de sociologia urbana vem debatendo temas importantes desde os anos 1960. Destacam-se os relacionados ao Estado como instrumento de dominação, tendo o local como produto da lógica capitalista monopolista global e os do espaço urbano como resultado da organização da dominação de classe (são exemplos os estudos das primeiras fases de Castells e Lojkine e os de Topalov e Lipietz).

Os estudos dos marxistas dos anos 1970, de acordo com Valladares e Preteceille (1990) já revelaram que o local não é decalque do nacional. No Brasil, a produção acadêmica acompanhou essa trajetória, pela inserção de doutorandos nas linhas de pesquisa dos centros franceses. Já a escola funcionalista, para Fischer (1992), não trabalha com o poder local em suas particularidades, mas com o local e sua inserção no nacional e global. Tem como ideólogos Pierre Grenion e Michel Crozier. Nas últimas duas décadas, ressalta a autora, um fator importante é o da convergência de temas e métodos de análises entre ambas as escolas.

Na América Latina, também recentemente, a revalorização de espaços territorializados (regiões, áreas metropolitanas, municípios, distritos) tem ampliado os estudos sobre poder local. Assim, experiências de gestão mais democrática (como as observadas em alguns municípios do Brasil) e a ação de movimentos sociais passaram a ser observadas. Considerando as diversas análises, Fischer (1992) confirma que as pesquisas sobre poder local têm uma movimentação espontânea na direção de novas problemáticas.

O Brasil não se exclui do processo exposto, com trabalhos em praticamente todas as linhas citadas. Mais recentemente, no entanto, os estudos do local reúnem trabalhos bastante diversos, também com grande ênfase nas políticas públicas ou na relação poder público e comunidade local.

Além dessas pesquisas, a partir da década de 1990, com a denominada descentralização condicionada à Constituição Federal de 1988, surge uma série de estudos vinculados às análises de políticas públicas, de movimentos sociais e participativos, da questão fiscal (descentralização, reforma tributária, papel do poder local na construção do espaço urbano), de gestão pública, identidades e interculturalidades, cotidiano e poder, participação e empoderamento, dentre outros.

Nesse contexto, é preciso observar que o local não é simplesmente um recorte de algo maior, mas resultado de relações entre o nacional e o global e vice-versa. Com isso, os estudos de poder local não necessariamente têm que se encontrar limitados pelas fronteiras político-administrativas de um município. O fundamental, para o controle político hegemônico de alguns grupos, nem sempre se encontra no interior desses limites e, muitas vezes, não tem nem existência física nos mesmos, muito embora sua influência seja decisiva. Como se observa, tomando-se por fundamento alguns critérios, o tema tem muito a contribuir também para os estudos das formas e possibilidades da espacialização de relações de poder.

A problemática procura articular processos político-econômicos e de desenvolvimento pelos quais tem passado a região Centro-Sul do Estado do Paraná na última década. Processos que têm trajetórias produzidas em escalas as mais diversas, e que encontraram nesta região um tempo e espaço de encontro e coexistência. Assim, ainda que o recorte territorial de pesquisa esteja circunscrito a esta porção do território paranaense, o entendimento dos processos que lhe são constituintes passa pela sua contextualização num mundo mais amplo de relações.

Nesta perspectiva, é até certo ponto demasiado qualificar o mundo contemporâneo como o mundo da globalização. O termo tem sido empregado, frequentemente, para referir-se à nova fase do capitalismo “na qual sua vocação [...] por mundializar as relações econômicas, culturais e políticas se apresenta em forma exacerbada, tanto na extensão como na velocidade. Os territórios nacionais tornam-se espaços nacionais da economia internacional” (Arroyo 1998, 17), numa espécie de “transnacionalização” (Santos 1994), em que o “uso do território” (Santos 1994) foge ao controle da sociedade civil e vai servir aos interesses transnacionais: os “agentes hegemônicos” da globalização. Nesse processo, parcelas do espaço se mundializam,

pois os eventos e as “formas-conteúdo” que as constituem estão articuladas a esse novo funcionamento do mundo e acabam por dotá-las de novos valores relacionais.

Diante desse quadro, os estudos regionais ganham nova importância, pois passam a ter “a finalidade de compreender as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do globo” (Santos 1988, 47). Nesse quadro teórico, globalização não é sinônimo de homogeneização, pois ao mesmo tempo em que articula espaços a redes extralocais, separa-os de seu contexto imediato. Globalização está, portanto, em relação dialética com a fragmentação.

É nesse sentido que o local, em Santos (1988), aparece como contraponto ao mundo da globalização e ambos formam um par dialético pelo qual é possível compreender o movimento histórico-geográfico contemporâneo. Por isso, Santos (1988, 46-47) afirma que “as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização” e “quanto mais se mundializam mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos”.

Nesse mesmo texto, o autor chama a atenção para o cuidado com a generalização em demasia, pois apesar dela, hoje, ser não apenas uma possibilidade, mas também uma necessidade, “as combinações locais são muito diversas” (Santos 1988, 106). É assim que “a história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central”, o que leva alguns geógrafos a falar de uma “redescoberta do local”¹¹ (Santos 2002, 315). O desafio é, revisitando o local, encontrar seus novos significados.

Considerações: o poder dos governos locais na interação de escalas geográficas

O recorte analítico-territorial delimitado para este estudo concentra sete dos dez municípios mais pobres do Estado do Paraná. Sem nos apoiar no “discurso da pobreza”, posto entendermos que ele pode ser utilizado de diversas formas, inclusive para angariar recursos públicos e privados que raramente chegam aos efetivamente necessitados, o que nos preocupa é a grande desigualdade social daí decorrente. Esta deve instigar o fomento em estratégias governamentais concretas para superá-la, fazendo parte das mesmas também a inserção internacional via acordos de cooperação e de trocas de experiências com outros municípios e províncias de países

¹¹ É preciso relevar aqui as “semelhanças/contradições” entre local e lugar que aparece no próprio texto do autor.

que possuem maior facilidade legislativa para tal.

No Brasil, com elevados índices de riqueza e de pobreza extremas, só é possível pensar em crescimento econômico se este vier acompanhado de melhorias sociais com redirecionamento de recursos, a exemplo dos incentivos para microrregiões carentes¹² ofertados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir de 2005. O programa do BNDES “desenha” o mapa do Brasil levando em conta não apenas as regiões carentes do Norte e do Nordeste, mas também as do Sul e do Sudeste, dentre estas se encontra a microrregião de Guarapuava. Compreende-se, com isso, que a participação em políticas internacionais de desenvolvimento deve ser estimulada além dessas características locais.

Outro exemplo, apesar de não atender às diversas demandas, apresenta-se através do convênio firmado entre a Estrada de Ferro Paraná Oeste S. A. (Ferroeste), a prefeitura de Paranaguá e a prefeitura de Guarapuava, na linha ferroviária que liga o porto de Paranaguá a Foz do Iguaçu e que tem Guarapuava como centro do sistema, em função da produção de grãos e da posição geográfica. O trecho é denominado de Corredor Multimodal Hidroferroviário Bioceânico e faz ligação, via convênio de governos locais, com Buenos Aires e Mendoza, na Argentina, e Valparaíso e Talcahuano, ao sul de Santiago do Chile, no Pacífico (ligação Atlântico – Pacífico). O financiamento também é do BNDES e o objetivo é dinamizar a integração e o desenvolvimento econômico e social da América do Sul. Em Guarapuava, o convênio, assinado em 2008, surte grande repercussão e expectativa de geração de emprego e renda, com alguns resultados práticos, faltando apenas sua sistematização para divulgação.

Partindo de ações como estas é possível afirmar que as relações de poder que permitem ou não aos governos locais criar condições, bem como participarem de iniciativas de inserção no plano internacional e, com isso, dos processos de integração regional para potencializar propostas de desenvolvimento depende de elementos legais, mas também de vontade política, jargão constante no Brasil, mas imprescindível em exercício.

Para reflexões futuras e que permitirão a conclusão dos estudos, questiona-se como a cooperação entre as diversas escalas pode ser dinamizada e favorecer o desenvolvimento de municípios como os do Centro-Sul do Paraná? Como as

¹² A saber: Média Renda Superior Dinâmica, Média Renda Superior Estagnada, Média Renda Inferior Dinâmica, Média Renda Inferior Estagnada, Baixa Renda Dinâmica e Baixa Renda Estagnada.

instituições envolvidas nessa relação podem ou devem atuar no sentido de potencializar a cooperação/inserção? Sabe-se, *a priori*, que é premente o debate sobre o federalismo, com os “novos papéis” dos governos locais como estratégicos para uma revisão das bases do modelo brasileiro frente à nova realidade internacional.

Respostas condizentes a estas questões serão determinadas pela capacidade governamental de articular necessidades e soluções internas com essas novas possibilidades abertas no plano da política internacional. O que pode ser ressaltado é que as iniciativas desenvolvidas pelos governos locais do Centro-Sul do Paraná têm levado a políticas públicas promotoras de investimentos, mesmo que ainda isoladas.

Fato também o é que a decisão de aumentar o papel dos governos locais ter ocorrido no âmbito da Constituinte mostra que, no caso brasileiro, a descentralização está longe de ser uma questão de ordem exclusivamente administrativa, impulsionada, nos seus anos iniciais, pelo governo federal ou por organismos multilaterais, como tem sido em muitos países em desenvolvimento, mas sim uma questão eminentemente política.

Superar esta ordem e apresentar elementos que permitam acompanhar as decisões em nível de organização, mobilização e politização da sociedade, revelando suas características socioeconômicas e demográficas, a capacidade técnica e gerencial da administração local, os compromissos do governo local e dos partidos políticos em seu conjunto, a situação financeira do município e os métodos adotados para estabelecer a relação entre governo e comunidade são prementes e fundamentais.

Bibliografia

BARRETO, Maria Inês. *Gestão estratégica do poder Executivo do estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2001. Tese de doutorado apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

BARRETO, Maria Inês. Inserção internacional de governos: a formação da rede de cidades como atores emergentes no sistema internacional... *Revista Teoria e Debates*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, nº 59, ago./set., 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASILEIRO, Antonio M. *O município como sistema político*. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

CARVALHO, José M. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG, n. 20, 1966, pp. 153-193.

CARVALHO, José M. Estudos de poder local no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG, n. 26, 1969, pp. 231-247.

CASTRO, Nadya A. *Poder local e política de classes*. Brasília: UnB, 1974, 223p. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília.

CRUZ, Luiz. *Funções do comportamento político numa comunidade do São Francisco: um estudo de poder local*. Salvador, 1973, 199p. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Bahia.

DAHL, Robert. *Who governs? Democracy and power in na American city*. New Haven: Yale/University Press, 1961.

DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. *Revista Espaços & Debates*. São Paulo: Cortez, n. 24, 1988, pp. 26-39.

DAVIDOVICH, Fany. Poder local e município. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 1993, n. 27, pp. 5-14.

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Nacional, 1966.

DUCHACEK, Ivo D. *Perforated sovereignties: toward a typology of new actors in international relations*. Nova York: Oxford University Press, 1990.

FELIZES, Joel. Três abordagens do poder local enquanto formas diferenciadas de construção das identidades - uma breve exploração. *Cadernos de estudos municipais*. Universidade de Minho, 1999.

FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 4, 1992, pp. 105-113.

GUIMARÃES, Carlos E. C. A vida política e administrativa de Dores do Indaiá. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG, n. 1, 1956, pp. 170-179.

HALL, Michael História oral: os riscos da inocência. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

HUNTER, Floyd. *Community power structure*. Chapel Hill: University of North/Carolina Press, 1953.

JANOTTI, Maria de L. M. *História oral: uma utopia?* São Paulo: USP, 1993.

JUDGE, David. *Pluralism. Theories of Urban Politics*. Londres: Sage, 1995.

KEATING, Michael. *The new regionalism in western Europe: territorial restructuring and political change*. Edward Elgar, Aldershit, 1998.

KERBAUY, Maria T. M. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. São Paulo: PUC, 1992.

LEAL, Vitor N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MARQUES, Eduardo C. *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2003.

MEIHY, José Carlos S. B. Definindo história oral e memória. *Cadernos CERU*, nº 05, 1994, p. 52-61.

MEIHY, José Carlos S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MICHETTI, Heloísa H; PARAYBA, Maria A. O jogo das forças políticas na vida de Araraquara. *Revista de Ciência Política*. São Paulo, v. 2, n. 3, 1968, pp. 59-70.

NOGUEIRA, Oracy. Os movimentos e partidos políticos em Itapetininga. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG, n. 11, 1961, pp. 22-47.

PALMEIRA, Moacir. Nordeste: mudanças políticas do século XX. *Cadernos Brasileiros*, n. 37, 1966, pp. 67-78.

RUSS, Jacqueline. *Les Théories du Pouvoir*. Paris: Librairie Générale Française, 1994.

SANTOS, Edilson P. Evolução da vida política no município de Picos. *Revista*

Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: UFMG, n. 10, 1961, pp. 160-183.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. Hucitec, São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, Celson. J. *Marchas e contramarchas do mandonismo local: Caeté, um estudo de caso*. Belo Horizonte, 1972, 156p. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVA, Joseli M. *A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. 320p. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

SILVA, Luiz. Cachoeira do Campo: a vila das rivalidades. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG, n. 2, 1957, pp. 132-147.

SILVA, Luiz. Implicações políticas do desenvolvimento industrial em Barroso. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG, n. 9, 1960, pp. 234-251.

SILVA, Márcia da. *Análise política do território: poder e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná*. Guarapuava: UNICENTRO/Fundação Araucária, 2007.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUSSIE, Diana; PAGLIERI, Beatriz. *La política comercial en un contexto de federalismo: el caso de Argentina*. Cari/BID/Intal, Buenos Aires, 2004.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Vozes, Petrópolis, p. 75-119, 2000.

VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos IPPUR*, ano XV, n.2, ago-dez, 2001 - ano XVI, n.1, jan-jul 2001, pp. 13-32.

VALLADARES, Lucia; PRETECEILLE, Edmond (Orgs.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990.

VILLASANTE, Tomás Rodríguez. *Redes comunitárias y nuevas cosmologías*. Alfoz, Madrid, 1988.

Recebido em: 09/07/2012.

Aceito para publicação em: 28/12/2012.